

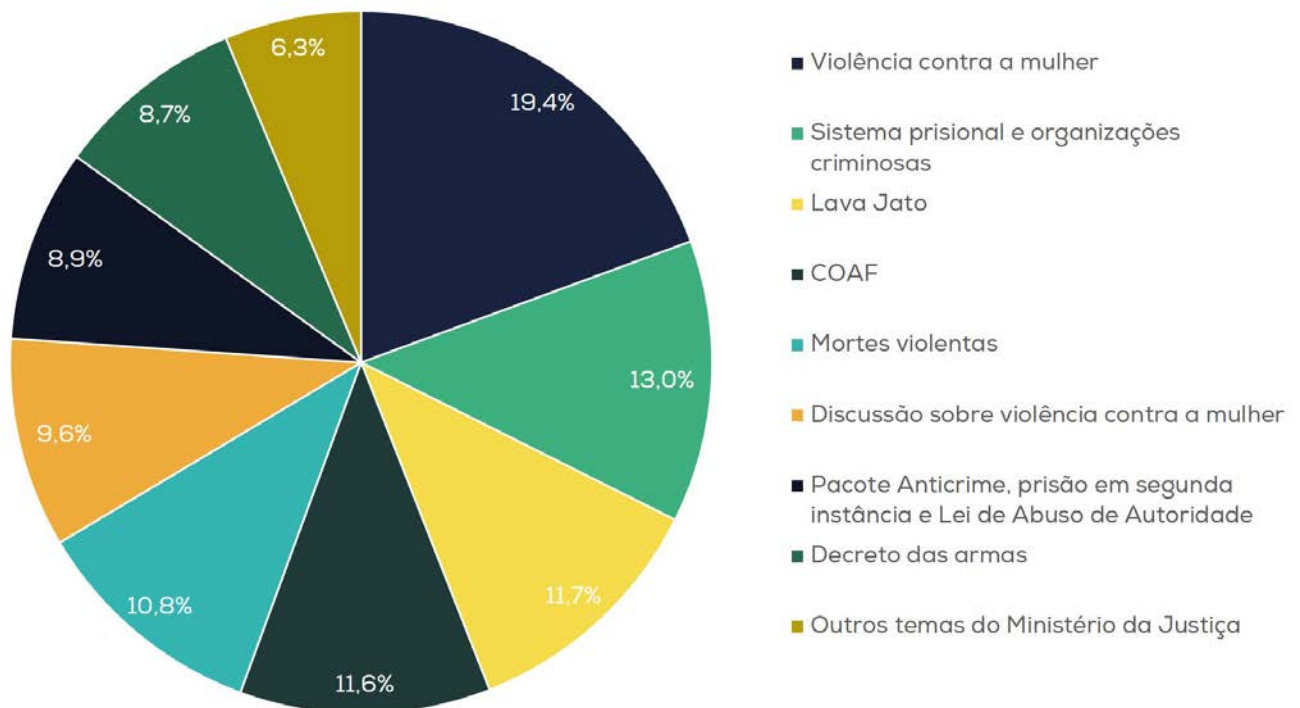
Violência contra a mulher é destaque da imprensa em 2019 ocupando quase 20% do noticiário sobre a área

Fonte Segura publica a segunda parte do balanço da cobertura da mídia sobre segurança pública no ano passado

Nesta primeira edição de 2020, o Fonte Segura retoma o balanço iniciado na última newsletter de 2019, em dezembro. Na parte anterior, dentre os temas que demos destaque, estavam o Pacote Anticrime, as mortes violentas e o projeto “Em Frente, Brasil”, a Operação Lava Jato, os decretos sobre armamento e as investigações do assassinato de Marielle Franco. Nesta publicação, apresentamos os demais assuntos que foram importantes no setor da segurança pública no ano passado, com base na análise do noticiário especializado.

A violência contra a mulher foi a principal temática abordada na mídia em 2019 e o assunto teve destaque diversas vezes nas edições do Fonte Segura. A descrição dos casos de feminicídio representou, aproximadamente, 19,4% das matérias. Essa exposição de casos específicos, por vezes, preenche espaço no noticiário em semanas nas quais não há acordos políticos ou divulgações de dados no setor da segurança pública. Já a discussão mais aprofundada sobre a violência contra a mulher ocupou 9,6% das notícias, tendo sido especialmente relevante em datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher (08/03), o Aniversário da Lei Maria da Penha (07/08) e o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher (25/11). Nestas ocasiões, há um preparo prévio de conteúdo inédito, com textos mais qualificados a partir de estatísticas.

Principais assuntos na mídia em 2019



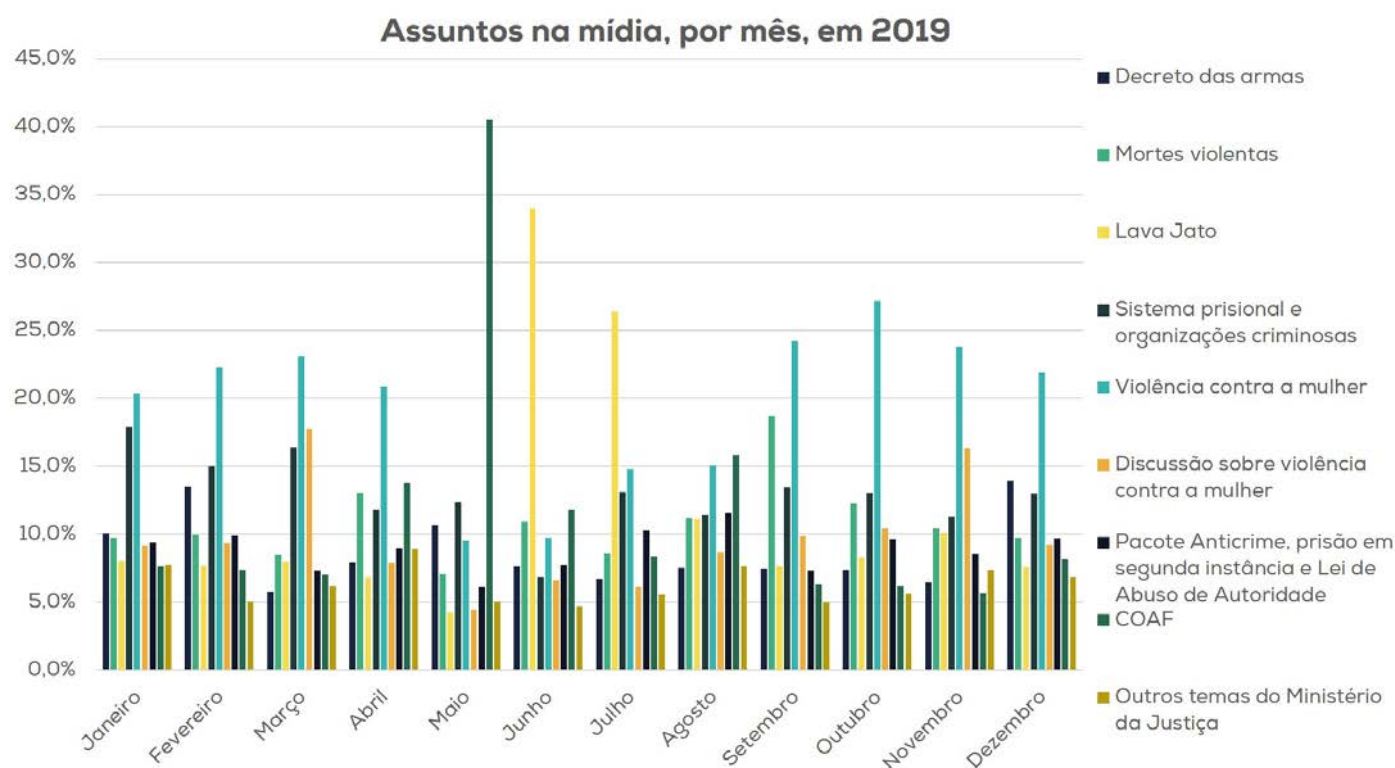
Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem, utilizando Strucutral Topic Modelling.

A Lei Maria da Penha sofreu número significativo de alterações em 2019, por meio de seis projetos de lei. Em maio, a Lei 13.827 adicionou a prerrogativa de delegados ou policiais determinarem medidas protetivas de urgência na ausência do juiz. Em junho, a Lei 13.836 definiu a obrigatoriedade das autoridades policiais de informarem se a mulher vítima é pessoa com deficiência. Em setembro, a Lei 13.871 determinou que o agressor deve ressarcir custos de serviços de saúde decorrentes do atendimento das vítimas. Em outubro, houve três modificações. A Lei 13.880 determinou que, em caso do agressor ter porte de arma, esta deve ser apreendida, enquanto a Lei 13.882 prioriza filhos(as) da mulher vítima de violência na fila de matrícula no ensino básico. Por fim, a Lei 13.894 instituiu que varas de violência doméstica passem a receber processos referentes às varas da família. As constantes

modificações na Lei Maria da Penha mostram que há uma forte mobilização da bancada, com diferentes nuances ideológicas, em defesa dos direitos das mulheres no Congresso Nacional.

As mortes violentas também estiveram presentes no debate público, principalmente pelos dados da queda de homicídios no Brasil. No entanto, os muitos casos de mortes decorrentes de intervenção policial tiveram destaque nas notícias. O Monitor da Violência, parceria do site G1 com o FBSP e com o NEV/USP, mostra que houve queda de 22% nos Crimes Violentos Letais Intencionais entre os nove primeiros meses de 2018 e 2019, mas que as mortes provocadas pelas polícias cresceram.

Mas o aumento significativo de mortes pela polícia ocorreu em regiões específicas: no Rio de Janeiro, por exemplo, houve aumento de 19% das MDIPs em relação ao ano passado. Além disso, diversos casos de mortes pela polícia ganharam repercussão nacional. Em abril, o Exército disparou 80 tiros contra o carro de uma família, em Guadalupe (RJ), fazendo duas vítimas. Em julho, durante uma única ocorrência, a Polícia Militar de Pernambuco matou oito pessoas em perseguição na Paraíba. Em agosto, um sniper matou o sequestrador de um ônibus no Rio de Janeiro, sob espetáculo do governador Wilson Witzel. Em setembro, um helicóptero da Polícia Civil abriu fogo contra uma escola no Complexo da Maré (RJ). Já no Complexo do Alemão (RJ), Ágatha, de 8 anos, foi atingida por um tiro de fuzil da PM. Em novembro, uma ação da PM em um baile funk deixou nove mortos em Paraisópolis (SP). Em dezembro, uma ação do BOPE no Morro do Dendê (RJ) matou quatro pessoas. O tema das mortes violentas representou cerca de 10,8% do conteúdo do clipping.



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem, utilizando Structural Topic Modelling.

As notícias sobre o sistema prisional e as organizações criminosas ganharam especial repercussão este ano, devido ao uso da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) e das Força Armadas (FA) pelo governo federal. De janeiro a outubro, as FTIPs vêm sendo prorrogadas em estados específicos onde há problemas prisionais, como Ceará, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Amazonas e Pará. Neste último estado, 57 presos foram mortos durante conflitos de facção em um presídio de Altamira, configurando o maior massacre prisional desde o Carandiru (1992). Em outubro, o MPF denunciou casos de tortura e espancamento de presos por agentes da FTIP no Pará. Em seguida, a Operação Flashback emitiu mandados de prisão com foco em organizações criminosas e transferência de pessoas encarceradas. Este assunto representou cerca de 13% das matérias sobre segurança pública no ano.

O governo federal também executou ações pulverizadas que demonstram tendências antidemocráticas, voltadas ao controle da ordem. Em fevereiro, o Ministro da Justiça Sergio Moro desistiu da nomeação de Ilona Szabó para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária após ataques promovidos contra ela nas redes sociais. Em abril, o MJ publicou uma portaria autorizando o uso da Força Nacional na Esplanada. Em setembro, houve a nomeação de Augusto Aras para PGR, nome fora da lista tríplice. Em outubro, o deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, ameaçou a possibilidade de um novo AI-5. Enquanto diferentes revoltas tomavam as ruas de países como Chile e Bolívia, o General Heleno também se manifestou nas redes afirmando que o Brasil não permitirá a "volta dos privilégios" dos manifestantes, em uma clara alusão a repressões. Em outubro, após ser mencionado nas

investigações da morte da vereadora Marielle Franco, Bolsonaro acionou Moro para investigar o depoimento do porteiro que o relacionou aos assassinos e a Polícia Federal abriu inquérito. Em outubro e novembro, o golpe na Bolívia foi puxado com protagonismo da polícia, enquanto em terras brasileiras, figuras do governo demonstraram receio de contaminação, reagindo com ameaças. Finalmente, em novembro, a apresentação do PL que garante excludente de ilicitude para militares que matarem em ações de GLO gerou polêmica, somada à nova menção ao AI-5 em fala de Paulo Guedes que associou mobilizações populares à necessidade de repressão. Estas medidas construíram o cenário do primeiro ano do governo Bolsonaro no tema da segurança pública.

Outros temas mapeados incluem os decretos sobre armas, que somaram 8,7% das matérias; o COAF e as reformas administrativas no Ministério da Justiça, com 11,6% do conteúdo total; o Pacote Anticrime, a discussão sobre prisão em segunda instância e Lei de Abuso de Autoridade representaram 8,9%; a Lava Jato obteve 11,7% do conteúdo e os demais temas do Ministério da Justiça, 6,3%.

<https://backup.forumseguranca.org.br/o-que-foi-noticia/template-1-tema-quente-nvemo-b68k9-oinjq-x4bze-fvitd-pz74i-6oimx-6p6tm-skje3>

